



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

Este processo de Licitação tem por objetivo o Registro de Preços, modalidade menor preço por item, visando a contratação de jornal diário de grande circulação no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a publicação de avisos de licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços, concurso, leilão, pregão e demais publicações oficiais, para atender os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, artigo 54, §1º, para publicação legal.

Item	Descrição do Item	Unidade	Tamanho estimado de publicações	Quantidade de publicações	Quantidade de centímetros por publicação	Quantidade total de publicações em cm/coluna
1	Serviço de Publicidade Legal em jornal de grande circulação no estado do Rio Grande do Sul	cm/coluna	4,5 cm (Altura) / 10,2 cm (Coluna)	100	(4,5 cm) . 2 colunas totalizando 9 cm/coluna	900

1.1 – DESCRIÇÃO DO ITEM – A publicação será em centímetros por coluna (cm/coluna) sendo o padrão usado para calcular o espaço de anúncios impressos em jornais.

Neste quesito, a página do jornal é dividida em colunas verticais e o anúncio será medido pelo número de centímetros de altura, em uma coluna.

1.2 – QUANTITATIVOS:

1.2.1 – Da memória de Cálculo:

Para se chegar aos quantitativos estimados para esta licitação, foram utilizados os quantitativos de pregões, concurso, concorrência, e demais publicações oficiais realizados no ano de 2024, adicionando, ainda, uma pequena margem de 10% para mais, para que se possa suprir demandas que porventura superem a referência.

1.2.2 – Da Medida em centímetros:

Foi utilizada como referência a publicação padrão realizada do Poder Executivo para avisos de licitação, sendo as medidas 10,2 cm para a coluna e 4,5 cm para a altura.

Partindo da métrica que a dimensão da coluna é sempre fixa, é possível fazer a conversão em centímetros para todas as expectativas de 100 publicações dentro do período de 12 meses, sendo:

Vetor “a” – Quantidade de Publicações Pretensas (100 publicações);

“São Borja – Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

Vetor “b” – Espaço estimado utilizado para cada publicação ([4,5 cm . 2 alturas] cm x 10,2 cm coluna);

Vetor “x” – Total de publicações em centímetros;

Vetor “y” – Valor unitário para o cm/coluna ([1 cm . 2 alturas] x 10,2) . (R\$ 15,49);

Vetor “z” – Valor Total

Aplicando a seguinte equação pose-se chegar à quantidade de centímetros totais:

$$\begin{aligned}x &= a . b \\x &= 100 . (4,5 . 2) \\x &= 100 . (9) \\x &= \mathbf{900 \text{ cm altura x } 10,2 \text{ cm coluna}}\end{aligned}$$

Com a equação acima se pode concluir a quantidade em centímetros/coluna das 100 publicações para o período, qual seja, 900 cm x 10,2 cm;

Aplicando-se a segunda fórmula, será possível estimar o valor total:

$$\begin{aligned}z &= x . y \\z &= (900 \text{ cm x } 10,2 \text{ cm}) . (\text{R\$}15,49) \\z &= \mathbf{\text{R\$}13.941,00}\end{aligned}$$

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- () bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei nº 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei nº 14.133/2021)
- (X) serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei nº 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei nº 14.133/2021)

CAPÍTULO II **DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA** **SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação, do ponto de vista da necessidade, a fim de que possa contratar de jornal diário de grande circulação no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a publicação de avisos de licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços, concurso, leilão, pregão e demais publicações oficiais, para atender os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, artigo 54, §1º, para publicação legal.

Do ponto de vista da legalidade, trata-se diretamente de princípios pacificados na lei, que versam mais sobre a obrigatoriedade do cumprimento destas publicações, do que de mera formalidade administrativa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

Quando se fala de publicidade, trata-se de uma das bases dos princípios administrativos consolidados na Constituição Federal:

C.F:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

A constituição ainda a publicação de seus atos em outros dispositivos:

C.F:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

...

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Nota-se que este princípio constitucional determina que os atos administrativos devem ser divulgados para o conhecimento do público, garantindo a transparência, controle social e legitimidade das ações do Estado.

No mesmo sentido, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, nº 14.133/2021, traz esta obrigação legal das publicações oficiais:

LCCA:

Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, **bem como em jornal diário de grande circulação.**

Na mesma lei, podemos observar outros dispositivos que tratam de publicidade de atos administrativos:

LCCA:

“São Borja – Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

Art.5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Na pesquisa da legalidade, a Lei de Acesso a informações auxilia ainda mais a ideia da publicidade dos atos administrativos, com ênfase nos certames licitatórios:

Lei 12.527/2011:

Art.8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Por fim, doutrinadores administrativos atribuem em seus estudos o princípio da publicidade como um ato obrigatório de gestão, pacífico de validação de seus atos quando cumprida esta obrigatoriedade?

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Di Pietro entende que a publicidade é uma condição de eficácia dos atos administrativos e também um instrumento de controle da legalidade. Para ela, “a publicidade visa propiciar o conhecimento dos atos pela coletividade, permitindo o controle da legalidade e a proteção dos direitos dos administrados.”

Referência: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Hely Lopes Meirelles

Meirelles ensina que a publicidade é um requisito de eficácia e moralidade dos atos administrativos. Sem publicidade, o ato pode até existir, mas não produzirá efeitos externos. Ele afirma que “a publicidade é exigência de eficácia e moralidade para que se dê conhecimento do ato a terceiros e se viabilize seu controle.”

Referência: MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 50. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.

Desta forma, como forma de alinhar o planejamento e a contratação,

“São Borja – Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

pode-se concluir que o Ente Federado não somente poderá, como deverá adotar procedimentos que visem o cumprimento do princípio constitucional da publicidade, proporcionando a fiscalização externa e a validação dos seus atos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. Trata-se de solução justificável em face do cumprimento de princípio constitucional da publicidade administrativa e requisito legal da Lei de Licitações e Contratos sobre o tema, portanto, a contratação de uma empresa capaz de suprir a publicação em jornal de grande circulação dos atos do Poder Executivo demonstra uma solução adequada.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os serviços de contratação da empresa têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A característica da contratação é parte fundamental para dar cumprimento do princípio da publicidade dos atos licitatórios da Prefeitura de São Borja

CAPÍTULO III **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

(X) Prazo de entrega, conforme a necessidade das publicações oficiais de licitações de São Borja;

() No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a XXXX dias/meses.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

O Serviço deverá ser entregue conforme cronograma/necessidade de publicações do Poder Executivo de São Borja, sendo a minuta da publicação encaminhada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos, na semana da necessidade de publicação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

“São Borja – Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

9.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

Não se observa a necessidade de garantias ou validade, uma vez que se trata de prestação de serviços, com cláusulas especificadas no Termo de Cooperação

CAPÍTULO IV
DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do serviço contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

12.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será a Agente Administrativo Auxiliar Adriana Piegas de Souza. e a Diretora de Licitações Natiele da Silva Dinat como suplente.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita para serviços, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será empenhado no valor da disputa, em até 30 dias da prestação do serviço, de acordo com o cronograma de realização de publicações, por meio de depósito bancário, com aval do fiscal do contrato, se necessário.

CAPÍTULO VI **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a secretaria requisitante define pela Registro de Preços, pregão eletrônico, menor preço por item.

17.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento a ser adotado.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

(X) Sim () Não

a) Certidão de Capacidade Técnica Profissional, através de Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter(em) executado serviços compatíveis em características semelhantes e de complexidade operacional compatíveis ao objeto da licitação;

19.2 VISTORIA

(X) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:

19.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(X) Não () Sim

19.4 AMOSTRA

() Não (X) Sim

A empresa deverá entregar a minuta/extrato da publicação, especificando a quantidade de centímetros/coluna para que se processe a autorização do serviço.

19.5 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Descrever: Não

19.6 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Será destinada cota/ítem para participação exclusiva de ME/EPP, com base nos termos do art. 49, da LC 123/2006.

Nos termos do art. 49 da LC nº 123/2006, fica reservado o ITEM 1 do presente certame para participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, considerando que seu valor estimado é inferior a R\$ 80.000,00.

Uma vez que se trata de item único, não há a necessidade de especificá-lo;

A justificativa para a participação exclusiva, visa o desenvolvimento local ou regional e atende à legislação, pois nas contratações públicas da administração direta e indireta, deverá ser assegurado tratamento diferenciado e favorecido às ME e EPP, com vistas a: I – Promoção do desenvolvimento econômico e social local; II – Ampliação da eficiência das políticas públicas; III – Incentivo à inovação tecnológica.

19.7 DAS VEDAÇÕES

Não se observa vedações neste processo

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

O método de pesquisa utilizado foi o descrito na lei 14.133/2021.

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

Desta forma, foi processada a ampla pesquisa de mercado, atualizada, em conformidade com o que regulamenta o artigo 82 da Lei 14.133/21

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

§5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;

Em âmbito municipal, a pesquisa de preços também observou critérios de pesquisa de preços relacionado no Decreto nº 20.108/2023 que *Institui normas para o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Município de São Borja*, vejamos:

Decreto nº 20.108/2023

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

...

III – dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

Ainda, do ponto de vista da pesquisa de preços, o servidor responsável por fazê-la, acostou ao processo a declaração alegando que a pesquisa de preços foi feita em conformidade com o Decreto 20.108/2023.

Neste quesito, instrui o processo a pesquisa de preços realizado no sistema licitacon, que demonstra o preço praticado no mercado para o cm/coluna para publicação oficial no valor de R\$ 15,49 (quinze reais e quarenta e nove) por cm/coluna.

Item	Descrição do Item	Quantidade de publicações	Medida	Valor unitário por cm/coluna	Quantidade de publicações em cm/coluna	Valor Total
1	Serviço de Publicidade Legal em jornal de grande circulação no estado do Rio Grande do Sul	100	cm/coluna	R\$ 15,49	900	R\$ 13.941,00

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram obtidos pelo departamento de compras da SMPOP, há presunção de veracidade e representam o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

melhor resultado que se pode obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria, sendo ele, o mesmo objeto aqui pretendido.

Álvaro Roque de Carvalho Luiz
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos
São Borja, ____ de maio de 2025

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município

21.2.. Dotação orçamentária da contratação.

Órgão: 7

Unidade: 1

Função: 4

Subfunção: 121

Programa: 2

Projeto/Atividade: 2030

Elemento: 3.3.3.9.0.39.00.00.00

Recurso: 1500 – 000

CAPÍTULO VII **DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

São Borja/RS, ____ de maio de 2025.

Álvaro Roque de Carvalho Luiz
Agente Administrativo

Caroline Cogo Contreira
Secretária Municipal SMPOP

() **Defiro**

() **Indefiro**

Prefeito de São Borja/RS